



Clientelismo é “coisa de pobre”? Um estudo de caso sobre comportamento político e *brokers* em municípios limítrofes à Bacia de Campos-RJ.

Gisele Braga Bastos, Vitor de Moraes Peixoto, Mauro Macedo Campos

Nas últimas décadas, após os processos de redemocratização, os estudos sobre comportamento político ganharam novo fôlego. A partir da retomada democrática na década de 1980, no Brasil e no Mundo, e das conquistas derivadas do sufrágio universal, secreto, direto e proporcional, e de eleições periódicas, livres, limpas e competitivas. O interesse teórico se desloca da necessidade de compreender a consolidação dos Estados Nacionais e passa a residir na necessidade de compreender o funcionamento das instituições democráticas. O foco dos estudos migra da transição dos regimes autoritários ao democrático para questões ligadas ao funcionamento e à qualidade da democracia, passando a perguntar o problema dos estudos sobre democracia do “por quê” das transições à democracia, para “como” funcionam as democracias após a restauração democrática (DÍAZ, 2009). Observa-se, assim, o interesse em compreender o funcionamento da democracia a partir da operação de regras formais e informais (HELMKE & LEVITSKY, 2003). Nessa direção, recentes estudos buscam avançar na compreensão da intermediação de interesses lançando um olhar um pouco mais nuançado sobre mecanismos informais como o clientelismo, vendo-o como um fenômeno adaptável e complexo, que sofre com o alargamento conceitual e requer refinamento teórico e análises empíricas. Podendo operar como mecanismo de representação, defesa de interesses de minorias políticas, forma de controle e pressão dos eleitores sobre os políticos e seus mandatos (D’Avila Filho, 2007; d’Avila Filho et al., 2014; Locks, 2016). Em diálogo com os debates sobre comportamento político e intermediação de interesses em zonas de sofrimento ambiental (Acsegrad, 2002; Auyero, 2002; AUYERO & BENZECRY, 2017; Colabella, 2010; Fischer et al., 2014; Iturralde, 2015) considerando a importância da Gestão Ambiental Municipal e dos 17 Objetivos do desenvolvimento Sustentável no enfrentamento da imposição desigual do risco ambiental, reconhecendo que a imposição do risco não se dá de forma democrática nos territórios (Acsegrad, 2002, 2018; Quintas, 2006; Quintas & Oliveira, 1995; Walter & Anello, 2012) o objetivo do presente estudo é identificar diferentes tipos de mediadores-*brokers* e diferentes tipos de clientelismo em municípios limítrofes à Bacia de Campos-RJ. Optamos por uma abordagem quali-quantitativa (entrevistas do CENSO, relatórios de grupos focais do PEA Pescarte (2015/16) e entrevistas em profundidade), tomando por objeto pescadores artesanais sujeitos da ação educativa de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzindo pelo IBAMA.